



Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE SOBRE COOPERAÇÃO EM ASSUNTOS AQUÍCOLAS E DE PESCA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe
(doravante denominados "Partes"),

Considerando a existência de desejo comum de cooperação amistosa e de estreitamento das relações entre as Partes, especialmente no âmbito do fortalecimento das relações Sul-Sul, Brasil-África e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

Percebendo que a cooperação em atividades aquícolas e de pesca podem contribuir fortemente para a segurança alimentar e para promover o bem-estar e a prosperidade de ambas as nações brasileira e santomense; e

Visando a consecução de desenvolvimento sustentável para as respectivas indústrias de pesca e aquicultura,

Concordaram com o que se segue:

Parágrafo 1
Objetivo da Cooperação

O objetivo do presente Memorando de Entendimento é o fortalecimento de arcabouço jurídico para possibilitar:

- a) a cooperação em assuntos aquícolas e de pesca, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos das Partes; e
- b) consultas mútuas, intercâmbio de assistência técnica, pesquisa e programas de cooperação, em áreas específicas de atividades de aquicultura e de pesca.

Parágrafo 2
Atividades

A cooperação estabelecida no presente Memorando de Entendimento deve incluir as seguintes atividades nos setores aquícola e de pesca:

- a) intercâmbio e produção de dados e informações, desde que consultadas as respectivas áreas governamentais que possuam atribuições concorrentes ou complementares sobre o tema;
- b).desenvolvimento de educação e programas de treinamento, abrangendo o intercâmbio de funcionários governamentais, cientistas, assistentes de pesquisa e especialistas, mas não exclusivamente;
- c).intercâmbio tecnológico e acadêmico em aquicultura e pesca, em áreas tais como: tecnologia e produção relativos à aquicultura e pesca, gestão pesqueira e ambiental, desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca, economia e informação pesqueira, sistemas de produção integrados, processamento de pescado, comercialização e aprimoramento da cadeia produtiva, sob as condições específicas estabelecidas pelas respectivas e competentes entidades normatizadoras;
- d).promoção e estímulo de parcerias comerciais entre os setores privados nas jurisdições das Partes, nas áreas de aquicultura e pesca; e
- e).garantia de consulta de Parte a Parte em assuntos de mútuo interesse antes de participação em foros regionais e internacionais sobre assuntos no campo da aquicultura e pesca;

Parágrafo 3
Implementação

- 1. As Partes trocarão opiniões sobre os programas de cooperação destinados à implementação imediata.
- 2. As Partes, por consulta mútua, deverão pormenorizar os esquemas de cooperação e implementação para as áreas determinadas no Parágrafo 2 do presente Memorando de Entendimento.

3. As Partes apoiarão as atividades de cooperação já estabelecidas, segundo este Memorando de Entendimento, tendo presente as políticas, leis e regulamentos específicos aplicáveis por cada Parte, dentro dos limites de competência e disponibilidade dos recursos financeiros.

4. As Partes poderão designar entidades para preparação e implementação do conteúdo do presente Memorando de Entendimento.

Parágrafo 4
Execução e Recursos

1. Quando houver necessidade de alocação de recursos orçamentários e financeiros para execução das atividades decorrentes do presente Memorando de Entendimento, os planos de trabalho, convênios e contratos específicos explicitarão os objetivos, as atribuições e as responsabilidades dos entes vinculados, o valor a ser aplicado em cada caso e sua respectiva dotação orçamentária e financeira, a supervisão dos trabalhos, a vigência, os prazos, as formas de execução física, orçamentária e financeira e de prestação de contas, obedecendo às normas e critérios previamente aprovados pelos participantes, e serão celebrados de acordo com a legislação pertinente, em especial a Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, o Decreto n.º 93.872, de 23/12/1986, e a Instrução Normativa STN n.º 01, de 15/01/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, com suas alterações.

2. Cada um dos participantes deverá garantir às pessoas e instituições sob sua responsabilidade, envolvidas nos projetos e atividades concernentes ao presente instrumento, que conheçam e aceitem todas as condições estabelecidas no presente documento.

Parágrafo 5
Restrição ao uso de Informação e Tecnologia

1. As Partes protegerão a informação e a tecnologia obtida no âmbito do presente Memorando de Entendimento, em obediência às respectivas leis e regulamentos.

2 As Partes só usarão as informações ou tecnologias em tela para os fins discriminados no Parágrafo 1 do presente Memorando de Entendimento.

3.Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas na implementação do presente Memorando de Entendimento serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Parágrafo 6
Solução de controvérsias

Quaisquer divergências ou controvérsias relativos à interpretação do presente Memorando de Entendimento serão resolvidas amistosamente por negociação direta entre as Partes.

Parágrafo 7
Entrada de Vigor

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor no ato de sua assinatura e terá vigência pelo prazo de três (03) anos, podendo ser prorrogado por consentimento mútuo entre as Partes.

Parágrafo 8
Emendas

O presente Memorando de Entendimento poderá ser emendado, a qualquer momento, por escrito e por via diplomática, após consulta e consentimento mútuos entre as Partes

Parágrafo 9
Denúncia

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Memorando de Entendimento, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito trinta (30) dias após a referida notificação.

Assinado em Brasília, em 20 de janeiro de 2009 em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Altemir Gregolin
Secretário Especial de Aquicultura e Pesca

Pela República Democrática de São Tomé E Príncipe
Carlos Tiny
Embaixador

PROGRAMA EXECUTIVO AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - FASE V"

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, firmado em Brasília, em 26 de junho de 1984;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento, baseado no benefício mútuo e reciprocidade;

Considerando que a cooperação técnica na área da educação reveste-se de especial interesse para as Partes;

Considerando a alta prioridade conferida para o setor de alfabetização de jovens e adultos pelos dois governos; e

Considerando os excelentes resultados do Programa Alfabetização Solidária na prestação de apoio técnico ao Governo santomense para a estruturação de uma política pública de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1.O presente Programa Executivo tem por objeto a implementação do projeto "Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe - Fase V" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é:

- a) assessorar o Governo de São Tomé e Príncipe no aperfeiçoamento técnico da equipe do Ministério da Educação e Cultura e na manutenção das turmas de alfabetização;
- b) avaliar os impactos do Programa Alfabetização Solidária em STP no período 2001 - 2008;
- c) assessorar o Governo de São Tomé e Príncipe no fortalecimento do programa regular de ensino de jovens e adultos;
- d) assessorar o Governo de São Tomé e Príncipe na elaboração de material didático de referência no âmbito da Educação de Jovens e Adultos;
- e) prestar apoio técnico ao Governo santomense na elaboração do Plano de Educação de Adultos de São Tomé e Príncipe; e
- f) registrar e divulgar internacionalmente os esforços empreendidos por STP para atingir as Metas de EPT e Objetivos do Milênio no âmbito da alfabetização e educação continuada de jovens e adultos, principalmente das mulheres.

2.O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados.

3.O Projeto será aprovado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1.O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Programa Executivo; e

b) a Associação Alfabetização Solidária como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Programa Executivo.

2.O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe designa:

a) o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação como responsável pela coordenação das ações decorrentes deste Programa Executivo; e

b) o Ministério da Educação como responsável pela execução, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Programa Executivo.